

FACULDADE DE SÃO LOURENÇO
PSICOLOGIA

PATRÍCIA HELENA LINO SANTOS

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA
PARA FAMILIARES DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

SÃO LOURENÇO
2020

FACULDADE DE SÃO LOURENÇO
PATRÍCIA HELENA LINO SANTOS

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA
PARA FAMILIARES DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Trabalho apresentado a banca examinadora da Faculdade de São Lourenço como requisito para a obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Mestre Leandro Ferreira Santos

SÃO LOURENÇO
2020

PATRÍCIA HELENA LINO SANTOS

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA
PARA FAMILIARES DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Trabalho apresentado à Faculdade de São Lourenço, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

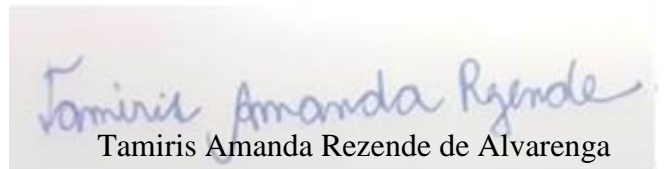
BANCA EXAMINADORA:



Orientador(a) Leandro Ferreira Santos
Mestre em Educação pela UFMG.
Professor do curso de Psicologia da Faculdade de São Lourenço



Lúcio Ferreira Penha
Mestre em Psicologia Social pela USP



Tamiris Amanda Rezende de Alvarenga
Doutoranda em Saúde Coletiva pela UFMG.
Professora convidada

Data de Aprovação: São Lourenço, 18 de novembro de 2020.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA FAMILIARES DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

PATRÍCIA HELENA LINO SANTOS^{1*}
LEANDRO FERREIRA SANTOS^{**}

RESUMO

O presente artigo apresenta reflexões acerca das representações sociais sobre ILPIs na perspectiva de familiares de idosos institucionalizados. Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas que foram transcritas e analisadas a partir do método da análise de conteúdo. Os dados coletados foram divididos em cinco categorias de análise: escolha institucional; características da instituição; representações sociais antes da institucionalização; representações sociais após a institucionalização; e atitudes familiares após a institucionalização. De uma maneira geral, foi possível notar que o processo de institucionalização levou os familiares a adentrar na realidade da instituição de modo que eles puderam mudar percepções sobre a ILPI, mesmo assim, é possível notar que algumas representações sociais permaneceram, tal como, a associação entre ILPI e abandono do idoso pelos familiares.

Palavras-chave: Representações sociais; família; idosos institucionalizados.

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que consiste no aumento do número de indivíduos em faixas etárias acima de 60 anos de idade. Estima-se que nas próximas décadas haverá a redução do número de jovens e aumento do número de idosos, o que aumentará também o número de doenças crônicas, já que elas se apresentam como uma das principais demandas diante do processo de envelhecimento (RIBEIRO, 2015).

Estudos mostram que em 2025 o número de idosos podem chegar a 30 milhões e que as principais problemáticas desse público serão doenças crônicas e incapacitantes se o cenário atual relacionado a cuidados a saúde não for alterado. No Brasil, é possível estimar que o aumento dessa população será em torno de 15 vezes entre 1950 e 2025 (DAWALIBI et. al., 2013). Ainda segundo os autores supracitados, o Brasil contará com a sexta população com o maior número de idosos em números absolutos no ano de 2025.

*Graduanda em Psicologia pela Faculdade de São Lourenço – UNISEPE.

** Mestre em Educação (FAE\UFMG), professor do curso de Psicologia na Faculdade São Lourenço – UNISEPE.

Levando em consideração as informações acerca do envelhecimento populacional, o baixo percentual de jovens e a expectativa de aumento das doenças crônicas, a busca por alternativas como a contratação de cuidadores e a institucionalização dos idosos também devem aumentar.

Percebendo as proporções aritméticas esperadas, é plausível considerar que em um curto período, no mundo inteiro, ocorra um baixo número de cuidadores capacitados e disponíveis para atender um alto índice de idosos que demandam cuidados\atenção específicas. Assim sendo, quais alternativas seriam ampliadas e consideradas na resolução deste problema social?

Muitas vezes a família encontra dificuldades em adequar sua rotina aos cuidados do idoso sendo necessário delegar a função a trabalhadores especializados ou a instituições. Assim, alguns aspectos podem incidir sobre a decisão por institucionalizar o idoso, são eles: problemas familiares não resolvidos para com o idoso, número reduzido de integrantes na família, dificuldades físicas ou financeiras, impossibilidade em conciliar trabalho com os cuidados ao idoso etc. Em alguns casos, o próprio idoso solicita a entrada em uma Instituição de Longa Permanência para evitar causar problemas aos familiares (LINI; PORTELLA; DORING, 2016).

O presente artigo desenvolveu uma reflexão sobre as representações sociais dos familiares de idosos institucionalizados sobre as ILPI. Os achados serão discutidos à luz da teoria das representações sociais e dos conhecimentos proporcionados pela psicologia do envelhecimento. A escolha teórica para análise desse assunto se justifica pela noção de que as representações sociais incidem e direcionam os comportamentos a nível coletivo. Assim sendo, cabe investigar de que modo estas estão presentes nos familiares que optam por institucionalizar seus idosos que fazem parte do núcleo familiar.

CONCEPÇÕES DE VELHICE

O estudo do desenvolvimento humano visa compreender as modificações que acontecem no decorrer do tempo e as características que permanecem estáveis. A divisão do ciclo de vida em etapas é trabalhada em parte da literatura como uma construção social. Isto deve-se a identificação e o estabelecimento de ideias relacionadas às fases do desenvolvimento se alterarem dependendo do contexto social e histórico (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Diante das divergências teóricas acerca do desenvolvimento é comum observar a associação entre velhice e perdas físicas e cognitivas. De um modo geral, estas concepções são

orientadas e influenciadas principalmente pelas disciplinas ligadas ao campo da medicina em que a velhice é concebida como fase do declínio físico e cognitivo. Assim, considerar o idoso passivo frente às mudanças e focar no declínio de capacidades físicas e cognitivas contribui para uma visão negativa acerca da velhice (SANTOS; SOUZA, 2015).

Segundo CORTÊ, MERCADANTE e ARCURI (2005), a velhice é um conceito complexo à medida que a diversidade sociocultural cria uma pluralidade de vivências sobre o envelhecimento. Tais autores analisam esse conceito pela perspectiva da complexidade. Esta noção traz à discussão as dificuldades na definição de um fenômeno através do pensamento redutor e simplista, que é típico nos paradigmas que reduzem o envelhecimento a um processo biológico e natural.

Do ponto de vista do senso comum, a palavra velhice costuma ser confundida com o processo de envelhecimento. Nota-se que em grande parte, estas noções denotam um sentido negativo e não desejado. Já a nomenclatura terceira idade é mais utilizada na atualidade e sugere um sentido mais positivo acerca da velhice (DANIEL; ANTUNES; AMARAL, 2015). SANTOS e SOUZA (2005) corroboram com essa perspectiva e apontam a importância de incitar visões mais plurais sobre o fenômeno do envelhecimento de modo que diferentes realidades sejam contempladas.

Em contraposição a uma visão de velhice ligada a doenças e perdas, surge na contemporaneidade a noção de velhice saudável. Essa perspectiva parte do princípio de que há determinantes individuais de um envelhecimento saudável, tais como: a ampliação de habilidades comportamentais para lidar com as mudanças ocasionadas pela velhice, presença de suporte social nas relações familiares e resiliência como habilidade para lidar com momentos de crise e adversidades (RIBEIRO, 2015). Porém, MAIA (2008) ressalta que a velhice saudável cada vez mais se vincula a ideia de produtividade no discurso contemporâneo. Quanto mais ativo o indivíduo se mantiver na sociedade mais ele está distanciado do que seria a concepção de velho comum.

IDOSO NO DECORRER DA HISTÓRIA

Ao analisar historicamente o significado da velhice, DANIEL, ANTUNES e AMARAL (2015) notam a existência de períodos em que os idosos eram escassos e amplamente

valorizados socialmente. Em geral, para que um indivíduo chegasse a uma idade mais avançada era necessário que ele possuísse determinado status que possibilitasse condições de vida favoráveis.

Na antiguidade, a ideia de honra e velhice estavam associadas, sendo necessário a manutenção do corpo intacto para que o idoso tivesse uma vida feliz. Para tais sociedades, o declínio do corpo provocava também decadência do indivíduo. Isso gerava tentativas de impedir o processo de envelhecimento do corpo a fim de estender a vida e a juventude (DARDENGO; MAFRA, 2018).

Ainda segundo os autores citados anteriormente, nas sociedades mais antigas como China e Japão, os velhos eram responsáveis por repassar os conhecimentos e experiências para os mais jovens. Assim, eles auxiliavam e contribuía com tarefas diárias e a conservação de conhecimentos importantes à sociedade. Algumas culturas acreditavam que idosos possuía poderes sobrenaturais, uma vez que devido a alta taxa de mortalidade, poucos conseguiam atingir idades avançadas.

Na sociedade grega, os idosos que pertenciam às elites detinham poder econômico, político e cultural. Porém, os que pertenciam às classes mais pobres eram vistos como doentes ou inválidos (DARDENGO; MAFRA, 2018). Essa diferença acontecia também na sociedade romana, que mantinha práticas de afogamento para os velhos pertencentes a classe pobre, enquanto as elites ocupavam posições importantes no governo da cidade (FEIJÓ; MEDEIROS, 2011).

Diante da queda do império romano, os idosos perderam seus privilégios no corpo social e se inseriram em um sistema social em que os jovens tinham centralidade. O cristianismo reforçava também a visão de velhice como algo negativo e associado a perdas e doenças. Assim, quando o império romano se dissipou e as famílias migraram para outras localidades era comum o abandono dos velhos pelas famílias (DARDENGO; MAFRA, 2018).

Na Idade Média, essa lógica permaneceu no decorrer do tempo à medida que a sociedade era centrada nos mais jovens e não existiam instituições que regulavam o acesso dos idosos a condições básicas de vida (FEIJÓ; MEDEIROS, 2011). Portanto, ser velho ao longo da história era sinônimo de privilégio de apenas uma classe social.

Segundo DARDENGO e MAFRA (2018), o século XVI é marcado pelo surgimento da ideia de criação de asilos para idosos que não podiam mais trabalhar. Nesses contextos, os velhos eram submetidos a condições humilhantes de trabalho para sobreviver. Foi apenas durante o Renascimento que surgiram estudos sobre a velhice e a ideia de que o espírito jovem poderia habitar no corpo do velho. Por meio disso, seria possível reverter o processo de envelhecimento e alcançar a cura. Então, no período industrial apareceram os primeiros estudos que comparavam o corpo humano a uma máquina que se desgastava com o decorrer do tempo.

Foi na contemporaneidade que a velhice ganha uma conotação distinta. Entre os séculos XIX e XX a velhice passou a ser considerada uma etapa do desenvolvimento humano, principalmente em decorrência dos avanços nos estudos das disciplinas médicas e o surgimento de pensões e aposentadorias (DANIEL; ANTUNES; AMARAL, 2015).

Para RIBEIRO (2015), a perspectiva negativa sobre o envelhecimento foi influenciada pelo discurso científico e pelas teorias do desenvolvimento, que muitas vezes reforçava uma visão reducionista sobre o idoso, que focava no declínio de características biológicas.

INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

No que concerne à saúde do idoso o cuidado integral foi fortalecido pela Política Nacional do Idoso e pelo Estatuto do Idoso, que foram, respectivamente, promulgados em 1994 e 2003. Tais documentos jurídicos contribuíram para a visão do idoso como um sujeito de direito que deveria ser resguardado por instituições estatais (PINTO; SIMSON, 2012).

Nesse contexto, o Estatuto do Idoso prevê que instituições privadas ou públicas que prestem assistência a idosos devem ser fiscalizadas pela Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa. As ILPIs foram regulamentadas a partir de artigos do documento supracitado, que organizou requisitos, princípios norteadores, regras de fiscalização e penalidades (PINTO; SIMSON, 2012). Porém, foi somente no ano de 2009 que o abrigo institucional para idosos foi incluído na política pública de Assistência Social no Brasil. Assim, foi estabelecida a nomenclatura de Instituição de Longa Permanência para Idosos. A mudança de nome possibilitou configurar o funcionamento institucional e estimular a articulação entre a assistência social e a rede de saúde por meio de novas práticas de cuidado à medida que se vinculou a propostas veiculadas pela Organização Mundial de Saúde (SOUZA; INÁCIO, 2017).

Na atualidade, as ILPIs podem ser governamentais ou privadas e são definidas como espaços residenciais para moradia coletiva, oferecendo serviços de alimentação, vestuário e assistência à saúde (ALVES et. al., 2017). Apesar da família ser considerada a principal fonte de suporte para o idoso, as instituições especializadas no cuidado ao idoso têm sido uma das alternativas para famílias que não conseguem disponibilizar o cuidado necessário. Assim, as Instituições de Longa Permanência para Idosos tornam-se uma possibilidade para o cuidado integral do idoso.

Segundo ALVES-SILVA et. al. (2013) a origem das ILPIs esteve relacionada a iniciativas religiosas e voluntárias que prestavam serviços a pessoas em situação de pobreza. Inicialmente, as ILPIs eram chamadas de asilos. Assim, era vinculado a este tipo de instituição ideias de que o público atendido eram pobres, sem família, doentes e que não possuía condições básicas para sobreviver de forma autônoma.

Além disso, era possível identificar relatos de baixa qualidade no cuidado ofertado aos idosos e também de isolamento (ALVES et. al., 2017). Diante desse histórico, mesmo na atualidade é possível que ainda existam representações sociais das ILPIs baseado nessas associações feitas anteriormente.

Destaca-se que a institucionalização é percebida socialmente como um ato penoso. As rotinas rigorosas dos abrigos não costumam estimular a reflexão entre os idosos, deixando-os ociosos por bastante tempo. Entretanto, a manutenção de formas de expressão e de fortalecimento das memórias são estratégias importantes para o envelhecimento com qualidade de vida (BENTES; PEDROSO; MACIEL, 2012).

O conjunto de fatores supracitados culminou no desenvolvimento de uma associação negativa em relação a essas instituições. Desta maneira, a proposição de uma mudança da nomenclatura dos asilos foi também uma forma de atenuar os estigmas sociais que estavam a eles vinculados. (ALVES-SILVA, et al., 2013)

Mesmo que na atualidade haja uma ampliação de práticas institucionais que visam oferecer cuidado integral aos idosos, o processo de institucionalização ainda é discutido como um aspecto que pode ocasionar no idoso sentimentos de solidão ou desenvolvimento de sofrimentos psíquicos mais intensos (BENTES; PEDROSO; MACIEL, 2012). Segundo GOFFMAN (2005), as características das instituições fechadas afetam diretamente os indivíduos. Para esse autor, o

isolamento do mundo externo e o seguimento de uma rotina estruturada e coletiva são os principais fatores que geram efeitos de despersonalização no sujeito.

RELAÇÕES FAMILIARES

O papel da família é fundamental no cuidado ao idoso, mesmo no caso de idosos institucionalizados, pois os familiares se mantêm como o vínculo daquele indivíduo ao mundo externo à instituição (DANIEL; ANTUNES; AMARAL, 2015).

Entretanto, o sentimento familiar não é algo natural e tem raízes históricas como é amplamente discutido por ARIÉS (1981). Segundo o autor, no período medieval, a família era um núcleo social e moral, sem desenvolver o sentimento de família. Somente no século XV que emerge o sentimento familiar em torno principalmente da figura da criança (CÚNICO; ARPINI, 2013).

No cenário contemporâneo as relações na família tornam-se menos estáveis e permitem maior fluidez, ou seja, apresenta-se como uma instituição que pode ser modificada. Essa perspectiva pressupõe a possibilidade de separação de casais, dissolução de famílias, entre outras possibilidades. Surgem daí a possibilidade de idosos que advém de famílias que se destituíram (CÚNICO; ARPINI, 2013).

Sendo a família uma instituição cada vez mais heterogênea, o idoso pode encontrar dificuldade em se adequar à convivência familiar e as constantes transformações. Segundo PAPALIA e FELDMAN (2013), a convivência entre as múltiplas gerações da família em um mesmo ambiente pode ocasionar a necessidade de cuidado para mais de um familiar. Assim é possível perceber em várias situações em que o cuidado tenha que ser realizado também por outros idosos que podem já apresentar dificuldades físicas. Isso pode ocasionar dificuldades na conciliação da rotina de afazeres da família ao cuidado e dedicação que se faz necessário para prestar assistência ao idoso.

Diante da diversidade de modelos familiares presentes na atualidade, ainda assim é possível identificar situações em que o Estado necessita prover ao idoso os cuidados básicos. Estas iniciativas estatais decorrem do Estatuto do Idoso que estabelece ao poder público a responsabilidade junto à família no cuidado do idoso a garantia de direitos fundamentais. A origem das ILPIs se articula a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso como possibilidade de cuidado integral.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

WACHELKE e CAMARGO (2007) apontam que a teoria das Representações Sociais foi desenvolvida por Moscovici na França na década de 60. Este conceito está relacionado a investigação do processo de construção social de ideias e crenças acerca de objetos que são em um primeiro momento desconhecidos por determinada comunidade. Para Moscovici, as representações sociais são teorias do senso comum que estabelecem diálogos entre si e influem nos significados atribuídos individualmente aos fenômenos sociais.

Moscovici buscava a interseção entre os campos da psicologia e sociologia. Desta maneira, as pesquisas e teorias poderiam trazer considerações mais abrangentes e menos fragmentadas. Seu interesse era voltado para a produção dos saberes sociais e de que maneira estão relacionados ao pensamento individual e coletivo. Para tanto, buscou compreender e analisar a dinâmica de construção e transformação dos conhecimentos sociais. (SILVA; CARMO; SILVA, 2015).

Para MORAES et. al. (2014), ao mesmo tempo que o indivíduo constrói representações sobre o mundo ele também é influenciado pelos significados partilhados e construídos socialmente. De um modo geral, é possível entender que as representações sociais possuem um caráter dinâmico, histórico e passível de localização que refletem modos de vida cotidianos dos indivíduos.

De um modo geral, para Moscovici as representações individuais estão diretamente ligadas às relações sociais, que, por sua vez, incidem sobre comportamentos, sentimentos e pensamentos dos indivíduos. Dito de outra maneira, a noção de representações sociais direciona percepções individuais e fornecem pistas sobre as relações sociais. Assim, estudar representações sociais é uma forma de compreensão sobre a construção do conhecimento e dos comportamentos individuais frente a fenômenos sociais (SANTOS; DIAS, 2015). Segundo Moscovici (2003), aponta-se que:

Não temos razão para excluir totalmente as experiências e as percepções individuais. Mas, com toda a justiça, devemos recordar que quase tudo o que uma pessoa sabe, ela o aprendeu de outra, seja através de suas narrativas, ou através da linguagem que é adquirida, ou dos objetos que são empregados. Tais coisas constituem, em geral, o conhecimento ligado ao tipo mais antigo, cujas raízes estão submersas no modo de vida e nas práticas coletivas das quais todos participam e que necessitam ser renovadas a cada instante (MOSCOVICI, 2003, p. 175).

Concordando com as ideias apresentadas até o momento, NASCIMENTOSCHULZE e CAMARGO (2000) consideram que as representações sociais são formas de enfrentamento simbólico em que o indivíduo significa fatos a partir de concepções prévias que advêm das próprias interações sociais. Assim, é possível considerar as representações sociais como senso comum coletivo. Ou seja, são aquelas formas de pensamento sobre os objetos sociais, que são historicamente mantidas no decorrer do tempo, podendo sofrer alterações de sentido (SILVA; CARMO; SILVA, 2015).

Moscovici acentua que as formas pensamento usuais dos indivíduos tendem a não seguir as proposições científicas, logo:

A maior parte das pessoas prefere explicações populares a explicações científicas, fazendo correlações enganadoras que fatos objetivos são incapazes de corrigir. Em geral as correlações não levam em consideração as estatísticas que desempenham papel tão amplo em nossas decisões e discussões cotidianas. Distorcem a informação que lhes é acessível. Além disso, como já foi dito repetidamente sem que ninguém contestasse, as pessoas aceitam acima de tudo aqueles fatos ou percebem aqueles comportamentos que confirmam suas crenças habituais. E as pessoas procedem assim mesmo quando sua experiência lhes diz 'está errado' e a razão lhe diz 'é um absurdo' (MOSCOVICI, 2003, p. 168).

De um modo geral, considera-se que as representações sociais são ao mesmo tempo construídas e adquiridas (SANTOS; DIAS, 2015). O indivíduo constrói suas representações a partir do contexto social e do grupo social em que se encontra inserido. Assim, é possível notar que indivíduos tendem a compartilhar representações sobre o mundo na convivência social. (ROCHA, 2014).

Para NASCIMENTO-SCHULZE e CAMARGO (2000), Moscovici desenvolveu uma psicologia social interpretativa que possibilita criar abordagens metodológicas de cunho qualitativo para compreender aspectos da sociedade. Assim, as pesquisas sobre representações sociais não são somente descritivas, mas se pautam na análise dos conteúdos e estruturas dos discursos e imagens sociais que incidem sobre a maneira de pensar, sentir e agir de uma dada comunidade.

Em resumo, pode-se dizer que a obra de Moscovici possibilitou a construção de uma ponte entre indivíduo e sociedade, fornecendo recursos teóricos e metodológicos ao campo da psicologia e da sociologia. Ainda assim já foram tecidas críticas a suas concepções. A principal crítica a teoria desenvolvida por Moscovici é a sua amplitude, já que por meio dessa teoria seria

possível estudar fenômenos completamente distintos entre si. Então, é possível encontrar questionamentos sobre quais seriam as especificidades para que um fenômeno possa ser estudado pela perspectiva das representações sociais (SILVA; CARMO; SILVA, 2015).

Diante do que foi exposto, considera-se que investigar as diferentes representações sociais relacionadas às ILPIs mostra-se um passo inicial para compreender a imagem social dessas instituições e os discursos construídos em torno delas. Isso possibilitará a promoção de reflexões sobre o estigma social associado a essas instituições.

2. METODOLOGIA

A pesquisa aconteceu em três etapas. A primeira etapa foi uma revisão de literatura sobre representações sociais, instituições de Longa permanência para idosos, relações familiares e idosos. Foi priorizado a utilização de artigos dos últimos dez anos visto que estes trazem especificidades das configurações familiares na contemporaneidade. A partir do estudo deste material, foi aperfeiçoado o roteiro de entrevistas a ser realizado. A segunda etapa foi a aplicação das entrevistas semiestruturadas com três familiares de idosos institucionalizados, que foram gravadas em áudio e posteriormente foram transcritas e analisadas.

A entrevista semi-estruturada possibilita a elaboração flexível de questões, cuja sequência e aspectos a serem aprofundados dependerão do discurso do sujeito e da dinâmica da relação estabelecida. Portanto, caracteriza-se pela fluidez na coleta de dados principalmente pela presença de perguntas abertas. O entrevistador se guia geralmente através de tópicos relacionados ao objetivo da pesquisa (ALVES; SILVA, 1992). Nesta pesquisa, a elaboração do roteiro seguiu as proposições de como se realizar pesquisas em representações sociais.

Os participantes foram selecionados por critério de conveniências, uma vez que o período de realização da pesquisa encontrou restrições de distanciamentos social dadas pela quarentena diante da pandemia COVID-19. Cada familiar participou de forma voluntária e assinou um termo de consentimento livre e esclarecido antes da entrevista.

A terceira etapa consistiu na análise das entrevistas por meio da análise de conteúdo. O material coletado foi transcrito e analisado a partir da organização e sistematização de categorias de análise. Cada categoria foi discutida também a partir dos referenciais teóricos encontrados e da análise dos assuntos que surgiram nas entrevistas.

Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa que utilizou como método a análise de conteúdo de entrevistas de familiares de idosos institucionalizados. A pesquisa qualitativa se caracteriza por analisar os microprocessos e priorizar a participação de grupos e indivíduos tanto na construção do processo de pesquisa como também na análise. (MARTINS, 2004).

Segundo GONDIM e BENDASSOLI (2017), a análise de conteúdo se pauta em processos de codificação e categorização. Configura-se um processo indutivo e dedutivo à medida que o pesquisador necessita partir de um referencial teórico para elaboração de categorias, mas ao mesmo tempo é importante que os dados obtidos façam emergir as categorias a serem analisadas. Algumas técnicas de análise de conteúdo são:

análise categorial, análise de avaliação, análise de enunciação, análise de expressão, análise das relações e análise do discurso. Nesse universo, sua aplicação, embora variável, orienta-se por duas premissas: 1) organização das análises pelas características do material e 2) condução da análise conforme os objetivos traçados na pesquisa (CASTRO; ABS; SARRIERA, 2011, p. 816)

As fases da análise de conteúdo são: pré-exploração, seleção de unidades de análise e categorização. A fase de pré-exploração se configura com leituras flutuantes do texto sem compromisso inicial com a sistematização das ideias. Então, ocorre uma coleta das ideias principais e dos significados gerais. Após a realização de exploração, dá-se sequência a fase de seleção de unidades de análise. Refere-se ao recorte do texto em temas escolhidos pelo pesquisador. A escolha reflete tanto os objetivos da pesquisa como as teorias explicativas adotadas. A realização da categorização é o desdobramento da segunda fase. Nessa etapa, são elaboradas categorias de análise que permitirão a compreensão mais apurada do texto e a relação com a teoria (CAMPOS, 2004).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista foi realizada com três participantes através de chamada de vídeo. A partir disso, os conteúdos das entrevistas foram divididos em cinco categorias: escolha institucional; características da instituição; representações sociais antes da institucionalização; representações sociais após a institucionalização; e atitudes familiares após a institucionalização.

Acerca da escolha institucional a participante 1 afirmou que a decisão de ir para a ILPI foi da própria idosa. Além disso, foi ela que escolheu para qual instituição ela iria. Isso surpreendeu a família que não tinha conhecimento da iniciativa dela em buscar o local.

O participante 2 relatou que a escolha da instituição foi através do contato com uma pessoa conhecida, que era diretora de uma ILPI, o que facilitou o processo de entrada na instituição. Entretanto, houve uma mudança para uma nova instituição devido a uma piora no quadro de saúde do idoso, o que foi atribuído aos poucos cuidados disponibilizados. “Então, talvez não tenha dado a assistência que ele precisava né? E ele foi pra lá assim com uma certa deficiência, por isso precisou ser internado, mas aí se agravou ainda mais, que já tava usando sonda” (sic). Já na segunda instituição foi uma experiência mais positiva, em que eles percebiam uma maior atenção da equipe de profissionais.

A participante 3 foi quem decidiu pela institucionalização da irmã. O principal critério adotado foi o valor de investimento financeiro requerido para que a irmã pudesse adentrar a instituição. A partir disso, houve uma conversa para que a idosa pudesse entender o motivo da entrada na ILPI.

Em relação ao funcionamento institucional, os três participantes destacaram a existência de atividades cotidianas que tinham função de lazer e de socialização para os idosos. A participante 1 chegou a levantar esse como um aspecto positivo da instituição, tendo em vista a diversidade de atividades propostas aos idosos.

Outro aspecto levantado pela participante 1 foi a percepção de que muitos idosos da instituição aparentavam ter algum transtorno mental. Porém, eles também recebiam assistência especializada, como é possível notar em seu discurso:

Lá no asilo, por exemplo, ela tem vários cuidadores. Ela tem 1 no primeiro turno, no segundo turno, acompanhante de quarto, tem os companheiros do asilo. Ela conversa com outros. Tem assistências. Tem um médico. Tem um psicólogo. Tem um nutricionista. Eles veem quando ela vai ao médico. Ela vai ao dentista. Então, ela tem todo um suporte (sic).

Entretanto, o participante 2 relatou que existiam poucas atividades na instituição. Na primeira instituição que o familiar ficou institucionalizado, eles percebiam que tinham poucos profissionais. Já na segunda instituição eles perceberam uma maior assistência e qualidade no

cuidado ao idoso, ainda que existissem poucas atividades que permitissem a socialização e lazer do idoso. Diante disso, é possível notar as especificidades de cada instituição.

No que concerne a relação com os profissionais da instituição, os três participantes referiram que percebiam o empenho dos profissionais no cuidado ao idoso, apesar das limitações. A participante 3 aponta que têm enxergado aspectos positivos no cuidado a irmã pelos profissionais. Entretanto, pontua que a instituição poderia incluir mais atividades na rotina dos idosos.

A participante 1 apontou que a visão que ela tinha sobre as ILPIs é que se tratava de um local de abandono. Então, os idosos que se encontravam em tais locais ficavam por imposição de familiares. Chegou a referir que esperava encontrar nas visitas um local sujo e desorganizado.

O participante 2 contou que as associações construídas por ele sobre as instituições foram influenciadas pelo filme *Mazzaropi*. Para ele, as ILPIs são locais que remetem a tristeza, solidão e abandono. Ele apontou que não gosta de fazer visitas e que também não gostaria de atuar profissionalmente em uma ILPI.

Já a participante 3 relatou uma perspectiva de analisar a instituição a partir do cuidado oferecido ao idoso. Para ela, algumas instituições visam ao lucro, enquanto outras realmente se preocupam com o bem-estar do idoso.

Nos três participantes foi possível notar a associação entre a institucionalização e a incapacidade de cuidado da família. Logo, o ingresso na instituição é percebido como uma última opção diante das dificuldades presentes no oferecimento da assistência ao familiar. A institucionalização é vivenciada pela família como um processo penoso que gera sentimento de tristeza e impotência para os familiares.

Observa-se que as representações sociais trazidas pelos participantes corroboram com o que foi discutido por ALVES-SILVA (2013) e ALVES et. al. (2017). Tais autores refletem sobre a origem histórica das ILPIs, que remetem ao cuidado voluntário a idosos em situação de pobreza ou sem suporte familiar. Dessa forma, as mudanças na legislação que possibilitaram o surgimento das ILPIs como uma forma de garantia de direitos a população idosa ainda não modificaram as representações sociais tipicamente atribuídas a tais instituições.

A participante 1 apontou que após começar a visitar a instituição em que seu familiar está institucionalizado, ela foi mudando a sua percepção sobre ILPIs. É possível notar no relato a seguir:

A pessoa abandona, não sei por quais motivos e a pessoa é cuidada por um terceiro. Essa era a minha ideia. E aí eu fui. Quando eu cheguei lá, o ambiente me surpreendeu, sabe, Patrícia? Porque o ambiente limpíssimo, eu não tinha essa concepção, eu acho que a minha mente... eu tinha essa ideia de um ambiente que não era bem cuidado. E o ambiente, assim, limpíssimo (sic).

Logo, ela passou a perceber a ILPI como sendo um local de cuidado e de socialização, em que seu familiar poderia receber uma assistência especializada que ela mesma não poderia oferecer na residência familiar. A participante relatou: “Lá não, ela tem um contato com pessoas o tempo todo, né? Pessoas cuidadoras, profissionais de saúde, as ações sociais. Nesse sentido, a minha concepção de asilo mudou muito”

(sic)

Apesar de perceber pontos positivos na institucionalização, a participante 1 relatou sentimento de impotência pela impossibilidade de disponibilizar o cuidado necessário por ela mesma. Outro aspecto gerador de sofrimento para ela é o julgamento advindo de outras pessoas.

O participante 2 relatou ainda ter sentimentos incômodos diante das visitas, pois ainda permanece com a percepção de que a instituição seria um espaço de tristeza e solidão. Isso denota que as representações sociais dele pouco se modificaram diante do contato com a instituição.

Já a participante 3 associou a instituição a ideia de amor e cuidado. Isso pode ser notado em seu relato: “Então você tem que ser bem consciente para analisar as opções e ver os dois lados. Lá eles vão pelo amor, isso tenho certeza, eu vejo carinho deles lá com ela. E atenção também” (sic).

A ideia apresentada pela participante 3 de que a instituição não pode visar o lucro remete a própria história de surgimento das ILPIs à medida que elas iniciaram como instituições filantrópicas, vinculadas a templos religiosos. Muitas vezes, tais instituições proviam o acesso a recursos básicos para sobrevivência sem oferecer um cuidado especializado aos idosos.

Entretanto, a Política Nacional do Idoso implementou modificações nas práticas de cuidado, desenvolvendo a ideia de cuidado integral. Contudo, tais representações sociais ainda

permanecem presentes na população de modo que a perspectiva assistencialista do cuidado ao idoso permanece (DAMACENO; LAZARINI, CHIRELI, 2019).

Alguns efeitos de práticas assistencialistas de cuidado ao idoso é o fortalecimento de uma visão paternalista e infantilizada sobre o idoso. Diante disso, as práticas institucionais das ILPIs ainda são permeadas por conceitos como benevolência e caridade, o que tira o idoso da posição de sujeito de direitos (DAMACENO; LAZARINI, CHIRELI, 2019).

Considera-se que a base para a construção dessas representações sociais está nos eventos históricos e nas vivências cotidianas. Portanto, a representação social não é estática, mas é constantemente atualizada e reapropriada. Cada representação social se associa também a um sistema de valores que se relaciona a um dado grupo (VILLAS-BOAS, 2010).

A função primordial de uma representação social é fornecer um guia para o indivíduo agir diante de um fenômeno desconhecido (VILLAS-BOAS, 2010). As ILPIs eram fenômenos desconhecidos para os três participantes da pesquisa à medida que antes da institucionalização do familiar eles não conviviam com a rotina de uma ILPI. Porém, a institucionalização do familiar permitiu um maior contato experiencial com a instituição de modo que eles puderam modificar algumas das suas representações sociais ou flexibilizar a visão anteriormente estabelecida.

É possível refletir também sobre a importância dos grupos sociais para a formação de uma representação social (VILLAS-BOAS, 2010), tendo em vista que a participante 1 relatou como o julgamento de outras pessoas sobre a institucionalização gera emoções desagradáveis para ela. Assim, mesmo que o familiar reconheça os pontos positivos da instituição, ele permanece inserido no contexto social e histórico que influenciou na construção das suas representações sociais iniciais acerca das ILPIs.

Dessa forma, foi possível notar ambivalências nos três familiares entrevistados. Por um lado, eles reconhecem o cuidado ofertado pela instituição, mas permanecem com sentimento de impotência ou de mal-estar diante da institucionalização.

Nos três participantes, foi possível observar a presença de visitas regulares ao familiar institucionalizado. A participante 1 também dialogava com a instituição para que a mãe pudesse sair em datas comemorativas com a família.

Outro aspecto que pode ser pontuado é a relativização das queixas apresentadas pela idosa. Em alguns momentos, a mãe da participante 1 relatava fazer solicitações que não eram atendidas pelos profissionais da instituição, porém tais demandas eram justificadas pela perda de memória da idosa.

O participante 2 relatou que a família se revezava para fazer as visitas e acompanhar durante as hospitalizações. Em datas comemorativas, eles buscavam fazer comemorações e levar atividades do interesse do idoso, como o violão e música.

Quando acontece a institucionalização do idoso, é comum que ocorra o afastamento dos familiares. Entretanto, os relacionamentos sociais são importantes em cada etapa da vida e muitos idosos podem desenvolver transtornos mentais diante dessa condição (CATANEO; CARDOSO; AYALA, 2019). Assim, torna-se essencial a manutenção dos laços familiares para a qualidade de vida do idoso institucionalizado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento populacional previsto para os próximos anos coloca em pauta os desafios do cuidado aos idosos, tendo em vista que muitos apresentam doenças crônicas e necessitam de assistência especializada. Diante disso, muitas famílias passam a buscar nas ILPIs uma alternativa para o cuidado ao idoso.

As ILPIs se relacionam historicamente aos asilos, mas foram reconfiguradas pela Política Nacional do Idoso a fim de desenvolver práticas voltadas para o cuidado integral. Apesar das mudanças de nomenclatura e de práticas, é possível observar que as representações sociais associadas às ILPIs ainda estão vinculadas ao processo histórico em que elas se desenvolveram.

Através dessa pesquisa, foi possível discutir as principais representações sociais sobre as ILPIs na visão dos familiares de idosos institucionalizados. Sobre a escolha institucional, foi possível perceber que o adoecimento físico e a impossibilidade da família oferecer o cuidado necessário foram os motivadores para que a família ou o próprio idoso buscasse uma ILPI.

Ao iniciar as visitas às instituições, os familiares puderam perceber o cuidado especializado ofertado pela instituição e as atividades disponibilizadas aos idosos como pontos positivos. A partir disso, alguns deles puderam modificar suas percepções sobre as ILPIs

As principais representações sociais encontradas entre os familiares entrevistados antes da institucionalização foi que a ILPI seria um local de abandono, tristeza e solidão. Eles chegaram a referir a expectativa de que a instituição seria um local sujo e descuidado.

Após a institucionalização, eles passaram a associar a instituição ao cuidado especializado e a socialização. Eles perceberam que na ILPI o idoso teria mais suporte e até mesmo acesso a profissionais que a família não poderia prover. Entretanto, ainda permaneceram com sentimento de impotência diante da necessidade de institucionalização e vivenciando sentimentos negativos associados à instituição.

Destaca-se que a pesquisa em questão não teve a finalidade de esgotar o assunto, mas de abrir para novas possibilidades de discussão. Assim, pesquisas futuras podem trazer discussões sobre como o psicólogo que se insere na ILPI poderia pensar em atividades que incluíssem a família e promovessem reflexões sobre as representações sociais dos familiares acerca da instituição.

5. REFERÊNCIAS

- ALVES-SILVA, Júnia Denise; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Idosos em instituições de longa permanência: desenvolvimento, condições de vida e saúde. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre , v. 26, n. 4, p. 820-830, Dec. 2013 .
Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000400023&lng=en&nrm=iso>. accesson 17 May 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722013000400023>.
- ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Ribeirão Preto , n. 2, p. 61-69, July 1992 .
Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000200007&lng=en&nrm=iso>. accesson 17 May 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007>.
- ALVES, Manuela Bastos et al . Instituições de longa permanência para idosos: aspectos físico-estruturais e organizacionais. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro , v. 21, n. 4, e20160337, 2017 .
Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000400213&lng=en&nrm=iso>. accesson 15 Mar. 2020. Epub Aug 17, 2017. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2016-0337>.

ÀRIES, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 234p.

BENTES, Ana Cláudia de Oliveira; PEDROSO, Janari da Silva; MACIEL, Carlos Alberto Batista. O idoso nas instituições de longa permanência: uma revisão bibliográfica. Aletheia, Canoas, n. 38-39, p. 196-205, dez. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942012000200016&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 mar. 2020.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Rev. bras. enferm., Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, Oct. 2004

. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672004000500019&lng=en&nrm=iso>.

accession 11 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>.

CASTRO, Thiago Gomes de; ABS, Daniel; SARRIERA, Jorge Castellá. Análise de conteúdo em pesquisas de Psicologia. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 31, n. 4, p. 814-825, 2011.

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000400011&lng=en&nrm=iso>. accession 17 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000400011>.

CATANEO, Fernanda Monteiro; CARDOZO, Tuane Maiara; AYALA, Arlene Laurenti Monterrosa. Idosos em instituições de longa permanência e relações familiares. Revista de Atenção à saúde, São Caetano do Sul, v. 17, n. 60, p. 28-36, 2019.

CORTÊ; Beltrina; MERCADANTE, Elizabeth; ARCURI, Gaeta. Velhice envelhecimento complex(idade). São Paulo: Vetor editora, 2005

CUNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. Pensando fam., Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 28-40, jul. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2013000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 mar. 2020.

DAMACENO, Daniela Garcia; LAZARINI, Carlos Alberto; CHIRELLI, Mara Quaglio. Cuidando de idosos institucionalizados: representações de gestores e profissionais. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, e20190036, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452019000300208&lng=en&nrm=iso>. accession 25 Oct. 2020. Epub July 15, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0036>.

DANIEL, Fernanda; ANTUNES, Anna; AMARAL, Inês. Representações sociais da velhice. Aná. Psicológica, Lisboa, v. 33, n. 3, p. 291-301, set. 2015. Disponível em

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087082312015000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 mar. 2020. <http://dx.doi.org/10.14417/ap.972>.

DARDENGO, C. F. R.; MAFRA, S. C. T. Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação?. *Revista de Ciências Humanas*, [S. l.], v. 18, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/8923>. Acesso em: 3 nov. 2020.

DAWALIBI, NathalyWehbe et al . Envelhecimento e qualidade de vida: análise da produção científica da SciELO. *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas , v. 30, n. 3, p. 393-403, Sept. 2013 .

Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2013000300009&lng=en&nrm=iso>. accesson 15 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000300009>.

FEIJÓ, Maria das Candeias Carvalho. MEDEIROS, Suzana da Rocha. A sociedade histórica dos velhos e a conquista de direitos de cidadania. *Revista Kairós Gerontologia*, v. 14, n. 1, São Paulo, p. 109-123, 2011.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GONDIM, Sonia Maria Guedes; BENDASSOLLI, Pedro Fernando. Uma crítica da utilização da análise de conteúdo qualitativa em psicologia. *Psicol. estud.*, Maringá , v. 19, n. 2, p. 191-199, June 2014 .

Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000200003&lng=en&nrm=iso>. accesson 14Apr. 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-737220530002>.

LINI, Ezequiel Vitório; PORTELLA, Marilene Rodrigues; DORING, Marlene. Fatores associados à institucionalização de idosos: estudo caso-controlé. *Rev. bras. geriatr. gerontol.*, Rio de Janeiro , v. 19, n. 6, p. 1004-1014, Dec. 2016

.Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232016000601004&lng=en&nrm=iso>. accesson 14Apr. 2020. <https://doi.org/10.1590/1981-22562016019.160043>.

MAIA, Gabriela Felten da. Corpo e velhice na contemporaneidade. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro , v. 8, n. 3, dez. 2008 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812008000300011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 maio 2020.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educ. Pesqui.*, São Paulo , v. 30, n. 2, p. 289-300, Aug. 2004

. Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022004000200007&lng=en&nrm=iso>. accesson 09 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>.

MORAES, Patrícia Regina et. al.. A teoria das representações sociais. Direito em foco revista online. v. 6, p. 17-30, 2014.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria; CAMARGO, Erigido Vizeu. Psicologia social, representações sociais e métodos. Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 8, n. 3, p. 287-299, dez. 2000 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2000000300007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 ago. 2020.

PAPALIA, Diane; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: AMGH, 12.ed., 2013.

PINTO, Silvia Patricia Lima de Castro; SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Instituições de longa permanência para idosos no Brasil: sumário da legislação. Rev. bras. geriatr. gerontol. , Rio de Janeiro , v. 15, n. 1, p. 169-174, 2012 . Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180998232012000100018&lng=en&nrm=iso>. accesson 08June 2020. <https://doi.org/10.1590/S1809-98232012000100018>.

RIBEIRO, Pricila Cristina Correa. A psicologia frente aos desafios do envelhecimento populacional. Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Juiz de fora , v. 8, n. spe, p. 269283, dez. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198382202015000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 mar. 2020.

ROCHA, Luis Fernando. Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 34, n. 1, p. 46-65, Mar. 2014 . Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932014000100005&lng=en&nrm=iso>. accesson 17 May 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100005>.

SANTOS, MyrianSepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 13, n. 38, p. , Oct. 1998

. Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091998000300010&lng=en&nrm=iso>.

accesson 10 march 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300010>.

SANTOS, Sofia Teodoro dos; SOUZA, Laura Vilela e. Envelhecimento positivo como construção social: práticas discursivas de homens com mais de sessenta anos. Rev.

SPAGESP, Ribeirão Preto , v. 16, n. 2, p. 46-58, 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167729702015000200005&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 15 mar. 2020.

SILVA, Cristiana Barcelos da; CARMO, Gerson Tavares do; SILVA, Alessandra Maria Custódio da. Breves observações sobre a Teoria das Representações Sociais de Serge

Moscovici e a Interdisciplinaridade. Est. Inter. Psicol., Londrina , v. 6, n.

2, p. 59-70, dez. 2015 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223664072015000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 ago. 2020.

SOUZA, Rosa Cristina Ferreira de; INACIO, Amáville das Neves. Entre os muros do abrigo: compreensões do processo de institucionalização em idosos

abrigados. Pesqui. prá. psicossociais, São João del-Rei , v. 12, n. 1, p. 209-223, abr. 2017 .

Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082017000100015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 mar. 2020.

VILLAS-BOAS, Lúcia Pintor Santiso. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, p. 379-405, maio/ago. 2010.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais, representações individuais e comportamento. Interam. j. psychol., Porto

Alegre , v. 41, n. 3, p. 379-390, dez. 2007 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003496902007000300013&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 10 mar. 2020.